

As maiores ocupações urbanas da cidade de Campinas-SP: resistências e permanência

*The largest urban occupations of Campinas City (SP): Resistance and
permanency*

<http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2015v49n2p183>

Helena Rizzatti

Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, Brasil

Este artigo parte da compreensão da cidade de Campinas-SP enquanto uma cidade corporativa e analisa as duas maiores ocupações de terras urbanas ocorridas em seu território, no ano de 1997. Nessa década se destaca essa forma de luta por moradia marcando o mais recente período de periferização da cidade. Para tal análise, descrevemos a instalação de infraestrutura e de serviços urbanos informais realizadas pela própria população ocupante, denominadas de “resistências”; e expomos como se deu a permanência nesses lugares através do processo de urbanização formal e regularização das áreas a partir da implantação do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, denominado, no âmbito municipal, como Projeto Social Vip-Viracopos. Buscamos assim demonstrar de que maneira a população de baixa renda vem se organizando para ter acesso à moradia e ao seu entorno nas grandes cidades e metrópoles brasileiras.

Palavras-chave: urbanização corporativa; ocupações urbanas; resistência; regularização; Campinas-SP

This article seeks to highlight the ways in which workers, who have occupied land for housing construction in Uberlândia (MG) between the years 2000-2012, experienced some conditions and productive relations. We discuss certain interpretations of the “struggle for the city”, the “struggle for urban reform”, the “struggle” itself for a “better life” or yet their “only alternative of life”, in the attempt to explain the direct action of these workers. From dimensions established between housing, employment and struggle, we locate subjects as agents of the ways they handle their own experiences and how they elaborate discourses about their own understanding on economy, politics, community and justice.

Keywords: Urban occupations - Workers - Agency.

Introdução

Ao analisarmos a história das sucessivas transformações da cidade de Campinas-SP nota-se a constituição de uma importante densidade técnica, científica e informacional (SANTOS, 1996) ao longo do século XX. Campinas participa ativamente da nova divisão territorial do trabalho fundada na variável informação, acolhendo objetos (formas geográficas) e ações (com destaque para as normas) condizentes com esta nova vaga de modernizações.

A cidade é hoje lugar para diversas redes privadas e públicas que perpassam o território brasileiro e um centro de informações científicas e econômicas (SANTOS, 2011).

Ao abrigar diversas redes globais, busca-se reorganizar Campinas para incorporar a nova divisão territorial do trabalho baseada na informação (LOJKINE, 1995), posto que a cidade se destaca como polo tecnológico nacional (IBGE, 2011). Ao mesmo tempo, Campinas conhece acentuada expansão da pobreza e é, hoje, a terceira cidade com maior número absoluto de população residente em favelas e ocupações do Estado de São Paulo, e a décima quinta do Brasil (Ibid.). A cidade acompanha, assim, o processo de urbanização brasileiro, tendo se transformado nas últimas décadas numa cidade corporativa e fragmentada (SOUZA, 2008; RIZZATTI, 2014). Com base nisso, temos a intenção de apresentar neste artigo a atual periferização da cidade, resultado de uma *urbanização corporativa* (SANTOS, 2008, p.120) que a caracteriza, através da análise da formação e permanência das duas maiores ocupações urbanas de Campinas. Segundo Santos,

Em primeiro lugar, o arranjo espacial das cidades muda, tanto pelo seu tamanho consideravelmente aumentado, como pela sua localização mais dispersa. Mudam, sobretudo, suas funções. As cidades são, de um lado, os elos de uma cooperação e de uma regulação que se devem dar em escala nacional, a serviço das atividades com dimensão nacional, isto é, as grandes empresas e o Estado. Por isso, devem ser localmente equipadas para o exercício dessa vocação 'nacional', indispensável à realização do modelo nacional adotado. As respectivas tarefas, consideradas menos relevantes [como a moradia da população de baixa renda], agregam-se, por necessidade funcional, mas de forma subordinada, às tarefas hegemônicas. A cidade se define segundo as modalidades dessas combinações dependentes do grau de desenvolvimento regional e da amplitude da respectiva divisão territorial do trabalho. As atividades não-hegemônicas são, em geral, deixadas à 'espontaneidade' do mercado. De um ponto de vista político, as atividades centrais, isto é, programadas como condição de êxito para o projeto nacional, são as que interessam ao próprio Estado e às corporações. Essas atividades *centrais* se dispõem em rede e sistema, interessando à totalidade dos núcleos urbanos, não importa onde estejam localizados. É nesse sentido que podemos falar de uma *urbanização corporativa*. (SANTOS, 2008, p. 120)

As ocupações de terras urbanas, cada vez mais presentes nas metrópoles e grandes cidades do Brasil a partir do início dos anos 1980 (RODRIGUES, 1988), são manifestações dessa urbanização corporativa em andamento no País. Entendemos as ocupações urbanas como a rápida ação de construção de moradias, em terrenos privados e públicos, dentro do perímetro urbano, pela

população de baixa renda; e possível por um planejamento prévio para escolha do local, do momento e da forma como ocorrerá a ocupação, assim como, para construí-la e para mantê-la possibilitando um novo uso do espaço urbano (Ibid). Esta forma de habitação na cidade se diferencia das favelas, pois estas costumam ocorrer de modo individual e mais lento com a chegada esparsa de famílias de baixa renda que constroem seus barracos para viver (Ibid.). De acordo com estudo de Jacobi,

As invasões [ocupações de terra urbana] tocaram fundo nas raízes da sustentação do sistema econômico e político vigente, pois mexeram com a questão da propriedade privada, tornando aludível mudanças na legislação do uso da terra e colocaram em pauta dois temas contrapostos: o de direito à habitação e o do direito à propriedade. A visão clássica assegura ao proprietário o direito de usufruto da propriedade e sob essa ótica as ocupações representam violação grave. Entretanto, as inaceitáveis condições de vida dos pobres das cidades, que um sistema socialmente desigual não fez senão acentuar, modificam o enfoque da questão (JACOBI, 1982, p. 69).

Entendemos, ainda, as ocupações urbanas como formas-conteúdo reveladoras da crise profunda em que vive a sociedade brasileira, devido a uma histórica estrutura sócio-espacial desigual que tem como um de seus pilares a valorização sem controle do espaço urbano – voltada a atender os interesses do capital e corroborada pelo Estado (CORRÊA, 2000, p.26).

Nas ocupações de terras urbanas ocorrem ações com grande capacidade de resistência ao funcionamento ideal do mercado imobiliário da cidade em que se instalam; alteram a dinâmica de valorização e desvalorização dos terrenos urbanos. Além disso, as populações residentes nessas ocupações precisam criar e improvisar formas de adquirir água, sistema de despejo de esgoto, luz elétrica, entre outras necessidades para a sobrevivência. Com base nisso, entendemos as resistências como as ações que:

[...] tanto pode[m] ser difusa[s] – como na irreverência do humor anônimo que percorre nas ruas, nos ditos populares, nos grafites espalhados pelos muros da cidade – quanto localizada[s] nas ações coletivas ou grupais. Não nos referiremos às ações deliberadas de resistência [...], mas à práticas dotadas de uma lógica que as transforma em atos de resistência (CHAUÍ, 1987, p.63).

Essas resistências, as quais também chamaremos neste artigo de “contra-racionalidades” (SANTOS, 1996) que podem ser deliberadas ou não, são necessárias devido à rarefação dos sistemas de engenharia nos diversos meio

ambientes construídos das grandes cidades e metrópoles; ou seja, constituem-se contra-racionalidades, ou racionalidades paralelas, nos limites da racionalidade do sistema econômico e político hegemônico. Nas palavras de Santos, em estudo específico sobre Campinas:

Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais 'opacas', tornadas irracionais para usos hegemônicos. [...]. O que muitos consideram, adjetivamente, como 'irracionalidade' e, dialeticamente, como 'contra-racionalidade', constitui, na verdade, e substancialmente, outras formas de racionalidade, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo (SANTOS, 1996, p.246).

Com base em Cano e Brandão (2002) e Mestre (2009), entendemos que Campinas passou por três períodos de periferização da população de baixa renda comandados, em grande parte, pelo contínuo processo de industrialização e modernização da cidade, logo, permitindo que ela se adaptasse às exigências dos novos paradigmas econômicos. O primeiro período de periferização tem início na década de 1940 e vai até o final de 1960; o segundo se estende de 1970 à 1990; e o terceiro data da década de 1990 e se mantém até hoje, e é o período marcado pela instalação de grandes ocupações de terras urbanas. É neste último período que ocorrem as ocupações urbanas que analisaremos neste artigo: a região do Parque Oziel e a região do Jardim Campo Belo. Nas palavras de Santos, em estudo específico sobre Campinas, o autor indica que:

A década de 80 e começo dos anos 90 exacerbou ainda mais na cidade a estratégia de determinação (...) de grandes obras públicas, em cuja órbita circulou o capital imobiliário local. Desenvolvendo-se, deste modo, um mecanismo de transferência de renda de outros setores produtivos da sociedade para um restrito conjunto de proprietários imobiliários, sob a forma de valorização da terra, fazendo da cidade um lugar privilegiado de oportunidades de negócio para certas frações do capital (SANTOS, 2002, p. 25).

Ambas as regiões estudadas foram ocupadas, simultaneamente, em fevereiro de 1997. Os líderes sabiam dessa sincronia, porém não houve um planejamento voltado à união das ações de ocupação, e esse fato leva, mais uma vez, à compreensão da grande quantidade de pessoas sem acesso à moradia na cidade. As duas se deram através da prévia organização das lideranças sociais que tinham conhecimento da ociosidade desses grandes loteamentos de terre-

nos privados. E, no ano de 2008, quando teve início a expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos, ambas regiões foram contempladas pelo Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que deu início à urbanização formal e ao processo de regularização das duas áreas. Porém, com a continuidade da expansão do aeroporto de Viracopos, tanto a urbanização, quanto a regularização da região do Jardim Campo Belo ficaram estagnadas.

Este artigo tem como objetivo descrever o processo de instalação das duas maiores ocupações de terras urbanas que se deram, e se mantêm, no território campineiro. Para isso, na primeira parte, explanamos sobre a instalação das infraestruturas e serviços informais em cada uma das ocupações, dando destaque às resistências necessárias para permitir a sobrevivência da população; e, na segunda parte, com ênfase na análise da permanência dessas pessoas nos lugares que construíram, descrevemos o processo de regularização com a instalação de serviços e infraestrutura urbanos formais que atingiram ambas ocupações ao mesmo tempo.

Pretendemos, assim, compreender o processo de urbanização brasileiro contemporâneo no qual se constituem cidades e metrópoles corporativas, onde vive, e em certa medida constrói essas cidades, a população pobre que sobrevive através de improvisos, criatividade e resistências, apropriando-se de modo inovador do território e das possibilidades que a cidade oferece.

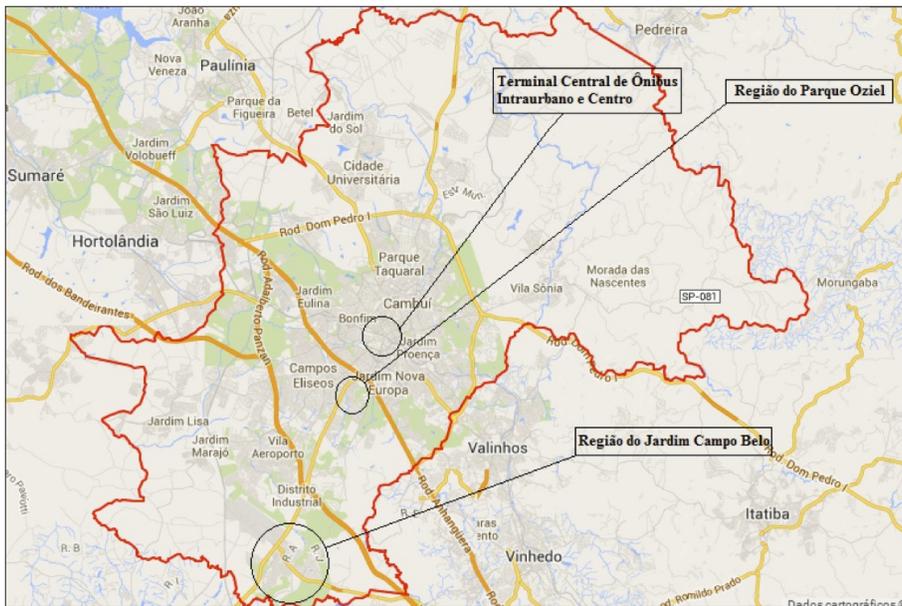
História das maiores ocupações urbanas de Campinas-SP: as resistências

Pode-se dizer, grosso modo, que há em Campinas uma Macrorregião Norte rica e uma Macrorregião Sul pobre (CANO; BRANDÃO, 2002). É nesta última que se localizam as duas grandes ocupações de terras urbanas que analisamos, o Parque Oziel e o Jardim Campo Belo, as quais podem ser localizadas na Figura 1. A primeira dista cinco quilômetros do centro da cidade, e está a dez quilômetros da região do Jardim Campo Belo que, por sua vez, está a quinze quilômetros do centro de Campinas. Ambas se conectam pela Rodovia Santos Dumont, que permite o acesso também à Região Metropolitana de São Paulo e a outras importantes rodovias do Estado, tratando-se de uma via de grande fluxo de cargas e de pessoas.

A região do Jardim Campo Belo é composta, hoje, por dezenove bairros relativamente homogêneos entre si, que têm aproximadamente cinquenta mil pessoas; foi loteada no final da década de 1950 e se manteve desocupada até a ocupação ocorrer, em 1997. Apenas um bairro se constituiu desde então e de forma regular: o Jardim São Domingos. A maior parte dos loteamentos dessa

área da cidade foi mantida vazia com fins de uso para a futura expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos. A redefinição da área para expandir esse macrofixo de transporte ocorreu na década de 1970, e a expansão, propriamente, teve início apenas em 2008. Nesse entremeio ocorreram a ocupação e o adensamento populacional da área.

Figura 1- O perímetro urbano de Campinas-SP e a localização da região do Parque Oziel e da região do Jardim Campo Belo, ao sul da Rodovia Anhanguera (SP-330)



Fonte: Google Maps Elaboração: Helena Rizzatti (2014)

A região do Parque Oziel, por sua vez, é composta por quatro bairros, estes bastante heterogêneos entre si, e conta com aproximadamente trinta mil pessoas; foi loteada no início da década de 1980 e o parcelamento dos lotes era composto por terrenos de grandes proporções; logo, voltados para a implantação de imóveis comerciais ou residenciais de alto padrão. Na madrugada em que ocorreu a ocupação dessa área, os ocupantes construíram, em poucas horas, uma igreja e uma escola em busca de intimidar o poder público local a passar com tratores por cima da ocupação.

O início da formação do Parque Oziel foi mais tenso politicamente e mais violento se comparado ao Jardim Campo Belo. Tal fato se deve, principalmente, pelo seu potencial de valorização imobiliária, tendo em vista a sua localização, próxima do centro da cidade, e também ao fácil acesso às Rodovias Anhanguera e Santos Dumont. Nos primeiros seis meses da ocupação foram mortos quatro líderes dos moradores da região. Além disso, por ser contínua à malha urbana, ou seja,

rodeada por bairros já constituídos, faltam áreas para a instalação de fixos públicos.

Esses fatos não se repetiram na região do Jardim Campo Belo que se localiza numa área até pouco tempo desvalorizada do mercado imobiliário, descontínua à malha urbana de Campinas, nas franjas do perímetro urbano e dentro do ‘cone de ruídos’ do aeroporto. Entretanto, com a expansão do aeroporto de Viracopos, essa região volta a ser um importante foco da especulação imobiliária da cidade como discutiremos à frente. De acordo com alguns líderes dessa região, a área foi escolhida para ser ocupada, pois uma parte dos terrenos pertencem à Igreja Católica, mais especificamente à Universidade PUC-Campinas, e, devido a isso, havia maior esperança de ganhar a luta pelo direito aos terrenos para moradia dessa população pobre, posto que não seria ‘bem visto’ a Igreja negar tal direito em suas terras.

Na Figura 2, apresentamos com maior detalhe a região do Jardim Campo Belo, indicando doze dos dezenove bairros que a compõem de acordo com nossa compreensão. Os sete bairros não indicados na Figura 2 são difíceis de delimitar e se localizam entre o Jardim Fernanda e o Santa Maria, tais como: Campituba II, Jardim Puccamp, Jardim Dom Gilberto e outros.

Figura 2 – Região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP



Fonte: Google Earth. Elaboração: Helena Rizzatti (2014)

Como desde o loteamento apenas o bairro denominado São Domingos foi se constituindo, essa parcela é a mais heterogênea em comparação com todos os

outros bairros da região, pois possui uma infraestrutura urbana formal, que vem sendo instalada desde 1950, e seus lotes são majoritariamente regularizados.

Poucas famílias foram morar na região do Jardim Campo Belo durante o segundo período de periferização de Campinas (1970-1990); as que foram para a área tinham interesse no baixo valor dos terrenos e na localização da região que possibilitava encontrar trabalhos nas fazendas e chácaras ao redor (FORMAGIO, 2012). Trata-se principalmente da população que saía de áreas rurais da Região Metropolitana de Campinas em busca de emprego na cidade. De acordo com Formagio (Ibid.), uma das moradoras mais antigas do bairro chegou em 1973 e relata que haviam seis famílias morando na área em que hoje é o bairro Jardim Campo Belo I. Os principais motivos para a escolha dessa região, de acordo com a antiga moradora, foram: possibilidade de ocupar ou comprar um terreno mais barato; a existência de fazendas ao redor (onde os que tinham experiência rural podiam complementar suas rendas) e do aeroporto (com vagas principalmente na área de limpeza e segurança); as relações de amizade e parentesco no bairro; e a possibilidade de serem indenizados em caso de desapropriação. Os poucos moradores que foram para a região nesse período e pagaram pelos terrenos em que residem possuem a Escritura da propriedade.

Mas o descaso com a região por parte do poder público local, parece ser um dos maiores impulsionadores da sua ocupação, afinal a situação era a seguinte: crescente população sem moradia em Campinas; ausência de políticas habitacionais; e essa grande quantidade de terra loteada e sem uso. O resultado foi uma ocupação rápida e intensa com grande contingente populacional. No ano de 2000, já se contabilizava uma população de mais de 30 mil moradores no lugar, segundo as lideranças e os jornais de Campinas.

Os moradores contam que quando chegaram à região nos anos seguintes à ocupação “*era só barraco e mato*”. A fala de uma moradora que reside lá, há 18 anos, demonstra o esquecimento desse lugar por parte do poder público: “*quando pedíamos infraestrutura para o bairro diziam para nós que era jogar dinheiro fora, pois tudo seria desapropriado em 10 ou 15 anos*”.

Muitos líderes de associações de moradores de bairro iniciaram sua atuação no momento da ocupação e permanecem nessa função até hoje. Tais líderes relatam que não permitiam a manutenção de barracos, devendo-se construir cômodos em alvenaria, assim que possível, para dificultar a ação de desocupação por parte da Prefeitura. Esses antigos líderes contam sobre outros recursos que permitiram não só a sobrevivência dos milhares de moradores, como também a permanência e o adensamento populacional do lugar. Para isso, entre 1997 e 2006, foram utilizadas diversas táticas para aquisição

de bens básicos para sobrevivência. Para obterem água e um mínimo sistema de abastecimento, nos primeiros dias após a ocupação, seus ocupantes cavaram buracos na terra até atingirem os lençóis freáticos e instalaram mangueiras para que o recurso chegasse a pontos mais distantes.

Com a manutenção da ocupação, os ocupantes realizaram obstruções à Rodovia Santos Dumont e enviaram cartas para a Prefeitura em busca de adquirir mais mangueiras para ligação do sistema e o envio de caminhões-pipa regularmente. A água também era retirada de duas lagoas que havia na região, embora uma delas tenha sido drenada pela Prefeitura, em 2004, por ser muito utilizada para acúmulo de carros roubados e até cadáveres. Nenhuma dessas fontes era de água potável. Os caminhões-pipas são necessários até hoje em alguns pontos da região e são, desde a ocupação, bastante irregulares e ineficientes.

A aquisição de energia elétrica foi possível através de ‘gatos’ na fiação ao redor da Rodovia Santos Dumont e de alguns equipamentos disponibilizados pela CPFL-Campinas. Eram poucos os pontos servidos de luz durante os primeiros anos da ocupação. Com o passar do tempo, a rede foi aumentando, sempre através de ‘gatos’, o que levou a um acesso de má qualidade, faltando luz em vários momentos em todos esses pontos, e com grande perigo de incêndio devido aos curtos-circuitos. Apenas em 2006, a CPFL instalou relógios em todos os bairros, mas, ainda assim, muitas casas dividem o mesmo relógio até hoje devido à situação de irregularidade.

Para aquisição de comidas, roupas e remédios contava-se com o auxílio de Organizações Não Governamentais (ONGs) e diversas Igrejas da cidade. Até hoje a região recebe doação de alimentos, principalmente de frutas e verduras, provindos da CEASA e outras grandes redes de distribuição.

Há atualmente na região três ONGs em funcionamento, oferecendo majoritariamente serviços de educação infantil continuada. Ou seja, após o período de aulas, há disponibilidade de 300 vagas para as crianças terem atividades recreativas e didáticas por mais um período do dia, todos os dias da semana. Trata-se de uma importante maneira de auxiliar principalmente as mulheres que precisam trabalhar fora de casa, pois não há creches que atendam em período integral na região.

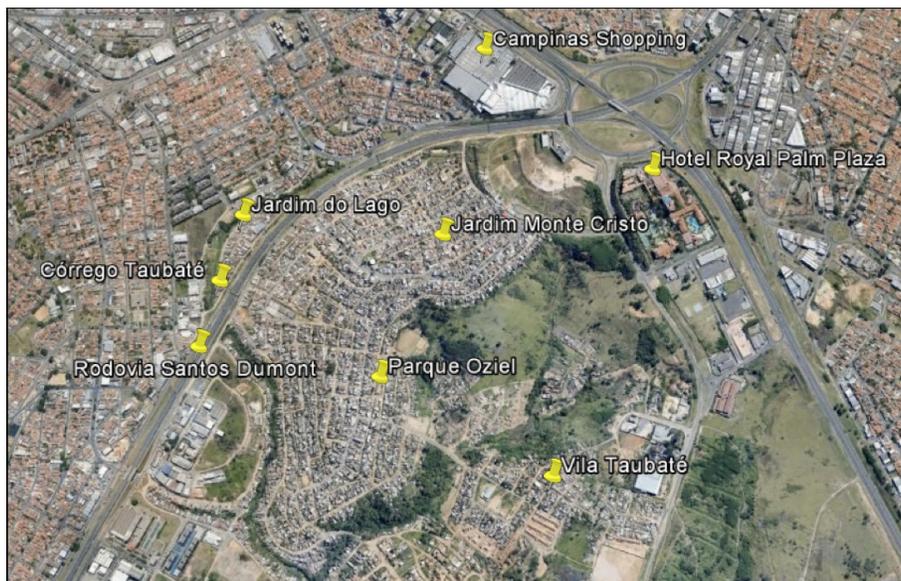
Somente no ano de 2004, a prefeitura instalou o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) junto com a Fundação Municipal de Educação Comunitária (FUMEC) no bairro Jardim Campo Belo II. O CRAS é responsável por fazer o cadastramento e a organização das famílias para receberem auxílios financeiros de programas municipais, estaduais e federais (Renda-Cidadã e Bolsa Família são os principais sendo que este último é recebido por todas as

famílias da região, segundo o próprio CRAS); são oferecidos também cursos e oficinas de diversos tipos com intuito de desenvolver opções para o mercado de trabalho; fazem acompanhamento das famílias que recebem os programas sociais e dão palestras sobre educação sexual, planejamento familiar, entre outros temas. Apesar de ser um fixo de grande importância social, os serviços do CRAS são pouco eficientes para atender tamanha população desde a sua instalação até hoje. Mesmo o conhecimento da existência desse fixo, por parte da população, é difícil.

Em 2008, começa a instalação de infraestrutura formal devido ao início do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, do PAC, através do denominado Projeto de Inclusão Social Vip-Viracopos. As ações desse programa serão discutidas no próximo item.

Apresentamos, agora, a ocupação urbana da região do Parque Oziel, na Figura 3, na qual damos destaque para cada um dos quatro bairros que a compõem; para o córrego Taubaté; para a Rodovia Santos Dumont e para os dois grandes empreendimentos próximos à área: o Campinas Shopping e o Hotel Royal Palm Plaza.

Figura 3 – Região do Parque Oziel em Campinas-SP



Fonte: Google Earth. Elaboração: Helena Rizzatti (2014)

Em relação a essa região, a escolha da área para ocupação, pelo MST-Campinas e outras lideranças da Região Metropolitana de Campinas que se uniram para organizá-la, se deveu ao fato de os dois maiores proprietários da

área, Armando Ladeira e Arari Pinto de Oliveira, possuem dívidas com a Prefeitura devido ao não pagamento do IPTU, equivalente à área (GHILARDI, 2012). Essa estratégia de escolha é uma característica importante das diversas ocupações urbanas que ocorreram na Região Metropolitana de Campinas desde fins de 1980 até os dias atuais (COSTA, 2013). E, para nós, são um importante elemento de diferenciação das favelas e de demonstração do fortalecimento das contra-racionalidades: a necessidade de planejamento necessária para a instalação e manutenção de ocupações em terras urbanas.

Como já mencionado, na madrugada em que ocorreu a ocupação da região do Parque Oziel foram construídas através de mutirão uma escola e uma igreja, como tática para acuar o poder público a não retirar as pessoas, posto que derrubar essas duas instalações poderia causar ‘má impressão’ na população campineira ao ser divulgado pela mídia. Nota-se como ambas ocupações analisadas planejaram estratégias de acuação do poder público local com o objetivo de dificultar ou impedir suas retiradas.

Nos primeiros meses chegaram centenas de pessoas na ocupação: cerca de quarenta (40) famílias novas por dia, de acordo com uma liderança. Com apenas um carro e com o auxílio de um padre católico eram arrecadadas doações de comidas e roupas em diversos locais da cidade. Rapidamente construiu-se um centro comunitário utilizado como escola, igreja e cozinha coletivas permitindo, apenas com isso, a sobrevivência das já centenas de famílias instaladas no lugar. De acordo com relatos, a situação de precariedade das famílias que chegavam era altíssima, muitas crianças passavam fome e essas doações foram fundamentais para sobreviverem.

Os bairros Parque Oziel e Jardim Monte Cristo são os maiores bairros da região e possuem mais infraestrutura urbana e todos os serviços urbanos disponíveis, especificamente, nessa parcela no território campineiro.

O bairro Jardim do Lago é um grande loteamento, porém a parcela que consideramos que compõe a região do Parque Oziel é uma pequena área de preservação ambiental, ao redor do córrego Taubaté, que foi ocupada no início da década de 1990. Consideramos que esse bairro faz parte da região do Parque Oziel porque sua população utiliza os fixos públicos do Parque Oziel e do Jardim Monte Cristo, e devido ao reassentamento das famílias do Jardim do Lago ocorrer no conjunto habitacional construído no bairro Vila Taubaté. Essa parcela do Jardim do Lago não possui sistema de abastecimento de água, rede de esgoto ou asfalto nas ruas.

O bairro Vila Taubaté, mais conhecido como Gleba B como era chamado até o início do processo de regularização, não possui nenhum serviço urbano e sua infraestrutura vem sendo instalada através da

construção do conjunto habitacional que abrigará todas as famílias que residem hoje nesse bairro.

Devido ao trajeto do córrego, a região apresenta um relevo consideravelmente acidentado, principalmente no Vila Taubaté e no Parque Oziel, característica que altera o processo de instalação das infraestruturas urbanas. Para obterem água, desde o momento de ocupação, os moradores cavaram fundos buracos até atingirem o lençol freático. Devido ao relevo acidentado, construir uma rede de distribuição de água era complexo, de forma que, foram necessárias mangueiras resistente de grande extensão, logo, de alto custo para aquisição. As lideranças realizaram, então, uma ocupação na SANASA-Campinas para conseguirem o material para instalação dessa rede informal. Outra opção foi utilizar as águas do Córrego Taubaté, porém, tal recurso hídrico já estava consideravelmente poluído. O sistema formal de abastecimento de água começou a ser instalado, em 2004, e foi finalizado e ligado em 2006.

Ainda em 1997, os ocupantes conseguiram ‘puxar’ energia elétrica para a região através de ‘gatos’, tanto da Rodovia Santos Dumont, quanto dos bairros ao redor da ocupação; a implantação do sistema formal de energia elétrica começou em 2000 e foi finalizada em 2002. No início de 1998, já havia 1.800 famílias instaladas, totalizando em torno de dez mil pessoas. Entre 1997 e 2000, houve uma grande quantidade de mobilizações para aquisição de alguma infraestrutura no lugar. Foi nesse período que os movimentos sociais organizados, principalmente o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), tiveram grande importância para a região, com destaque para este último devido ao auxílio que deram aos líderes para a organização das ações de reivindicação. Foram organizadas as ocupações da SANASA-Campinas e da CoHab-Campinas, passeatas para o Paço Municipal e para a cidade de São Paulo, dentre outras manifestações e reivindicações.

A ocupação da CoHab se deu em busca da delimitação dos lotes da área ocupada: como se trata de uma parcela do território muito próxima ao centro da cidade, a disponibilidade de terras é escassa, de forma que essa divisão dos terrenos era de grande importância. A demora de tal atendimento, somada à não conscientização de alguns líderes e famílias para não construírem casas em algumas parcelas da região, dificultou a separação desses terrenos. Essa preocupação demonstra, mais uma vez, a utilização de um planejamento urbano por parte das lideranças dessa ocupação.

Apesar de todas as dificuldades e dúvidas pelo caráter ilegal da ocupação a região atinge, em 2007, uma população de cerca de trinta mil pessoas, de acordo com os líderes. Até esse ano, ou seja, por dez anos, os ocupantes vive-

ram com grande insegurança devido às constantes tentativas de reintegração de posse das terras, até que, através do Decreto 15.760/07, a área é finalmente definida como de direito de uso dos ocupantes que já estivessem ali instalados. Apresentamos, no Quadro 1, os decretos feitos pela prefeitura para a região desde o momento da sua instalação até o início de sua regularização.

Quadro 1 – Decretos da prefeitura para a atual região do Parque Oziel em Campinas-SP

ANO	DECRETOS
1970	Decreto 3625/70 – aprovação do loteamento Jardim do Lago Continuação
1999	Decretos 13090 e 13123 – Declaração de Interesse Social para fins de desapropriação
2001	Decretos 13583, 13584, 13600 e 13601 – Declaração de Interesse Social para fins de desapropriação
2004	Decretos 14918 e 14919 – Revalida a Declaração de Interesse Social
2005	Decretos 15057 e 15109 – Revalida a Declaração de Interesse Social
2005	Decreto 12257 – institui a ‘Comissão de Análise e Pagamento de Indenização em procedimentos referentes ao Parque Oziel, Jardim Monte Cristo e Gleba B’
2006	Contratação da COHAB para desenvolver os trabalhos relacionados a 1ª fase do processo de regularização
2006	Lei Complementar 15 – Plano Diretor – área gravada como ZEIS de Regularização
2007	Decreto 15760 – ‘dispõe sobre a permissão de uso, aos atuais ocupantes, das áreas do loteamento Jd. do Lago Continuação e Gleba B, declarada de interesse social para fins de regularização dos loteamentos Parque Oziel/Jd. Monte Cristo/Gleba B’

Fonte: 3º Seminário de Habitação Região Metropolitana de Campinas/PMC e Agemcamp (2007). Organização: Helena Rizzatti (2013)

Apresentamos, assim, nesta seção, as resistências necessárias para a construção e manutenção das ocupações de terras urbanas analisadas. Tais resistências se deram, em grande medida, com objetivos delimitados, como vimos pontuando, demonstrando um considerável planejamento das ações por parte da população ocupante. No próximo item discutiremos a implantação do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, do Programa de Aceleração de Crescimento, do Governo Federal e, com isso, trataremos da permanência dessas populações nos lugares estudados.

Urbanização e regularização das maiores ocupações urbanas de Campinas-SP: a permanência

Neste item analisaremos o Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, financiado majoritariamente pelo Governo Federal através do PAC, tendo em vista sua implantação nas duas ocupações urbanas analisadas através do Projeto de Inclusão Social Vip-Viracopos de âmbito municipal.

Em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tinha como um de seus eixos de atuação a Urbanização de Assentamentos Precários. De acordo com o Manual de Instruções dos Projetos Prioritários de Investimentos (PPI), elaborado pelo Ministério das Cidades, para as ações denominadas como ‘Intervenções em Favelas’, válido para o período de 2007 a 2010:

Os projetos de infraestrutura priorizados foram reunidos em três eixos estratégicos com destaque especial para Infraestrutura Social e Urbana, onde estão incluídos os Projetos Prioritários de Investimento – PPI para intervenção em favelas, sob responsabilidade do Ministério das Cidades, com a finalidade de executar ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2011, p.3)

As intervenções foram amparadas pelo Ministério das Cidades e financiadas pela Caixa Econômica Federal e foram diferenciadas dois tipos de ações: ação 1 – apoio a empreendimento de saneamento integrado em assentamentos precários em municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou municípios de mais de 150 mil habitantes; ação 2 – apoio à urbanização de assentamentos precários. Campinas é considerada, nesse documento, uma das Regiões Metropolitanas do país. Ainda de acordo com o Manual:

As intervenções propostas deverão ter como objetivo precípua a implantação de ações necessárias à regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade da população localizada em área inadequada à moradia, visando sua permanência ou realocação, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2011, p.7)

Dentre as diretrizes se destacam: atendimento à população em situação de risco, insalubridade e degradação ambiental; famílias de baixa renda *per capita*; e promoção do ordenamento territorial das cidades.

Os critérios para seleção de áreas que receberam esses investimentos foram: a área de intervenção ser ocupada por, pelo menos, 60% das famílias com renda até R\$ 1.050,00; ser ocupada há mais de cinco anos; estar localizada em situação de risco ou insalubridade, ou seja, objeto de legislação que proíbe a utilização para fins habitacionais, nestes casos, em qualquer período da ocupação; e, não serão aceitas áreas que já tenham recebido benefícios similares oriundos de programas geridos pela União (Ibid., p.13). E dentre os critérios específicos de seleção, o Jardim Campo Belo faz parte da opção ‘Eliminação de Gargalos na Infraestrutura Logística do País’ (Ibid, p.15) por se

localizar próxima ao aeroporto. O eixo inclui as intervenções de urbanização de assentamentos precários, que contemplam ações de produção e melhorias habitacionais; água, esgoto, drenagem, viário e iluminação; saúde, educação, esporte, lazer e cultura; e regularização fundiária.

É a partir da implantação desse eixo de ação do PAC que são realizadas as primeiras ações de urbanização formal nas ocupações de terras urbanas do Parque Oziel e do Jardim Campo Belo em Campinas. Inclusive, para tais ações, essas regiões foram pensadas de forma conjunta para a elaboração e efetivação da aplicação de recursos e para a instalação de infraestrutura urbana. Esse projeto, nomeado como Projeto de Inclusão Social Vip-Viracopos, é implantado simultaneamente ao início das discussões sobre a expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos, em 2007, e tem as primeiras obras realizadas no ano de 2008 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2007a).

Nota-se, com isso, que o poder público municipal já tinha conhecimento da situação de precariedade dessas regiões e, quando necessário, desenvolveu políticas pensando ambas de forma semelhante. Logo, temos, nessa união, uma reafirmação das conexões cotidianas dessas ocupações urbanas e desse fato ser de conhecimento do poder público local.

No Quadro 2 podemos observar um resumo do planejamento das implantações de infraestruturas e serviços urbanos formais do Projeto Vip-Viracopos (Ibid.). São apresentados a infraestrutura a ser instalada, o orçamento destinado para cada instalação e o órgão responsável pela obra. Com a leitura desse quadro nota-se, novamente, que a aplicação das infraestruturas se deu de maneira simultânea nas duas ocupações analisadas.

Dentre as ações indicadas, no Quadro 2, a Etapa 0 foi completamente finalizada, apesar de hoje todas as casas construídas já apresentarem diversos problemas estruturais (como infiltração). A Etapa 1 está em fase final de construção das unidades habitacionais. Foram iniciadas e não finalizadas as Etapas 2 e 4. A Etapa 2 não foi finalizada, apesar de já terem sido instaladas a tubulação para o saneamento básico em toda região planejada, pois a Estação de Tratamento de Esgoto do Entorno do Viracopos (Etapa 3) ainda não começou a ser construída e não há previsão para tal. A rede de esgoto permanece desligada, desde 2009, quando terminou sua instalação. Da Etapa 4 ainda não iniciou a construção da Estação de Transferência [de ônibus] do Campo Belo. A regularização fundiária (Etapa 5) começou, mas logo foi interrompida e se mantém estagnada na região do Jardim Campo Belo, desde Agosto de 2011, e na região do Parque Oziel está em andamento. A segunda leva de pavimentação e drenagem de ambas regiões (Etapas 6 e 7) não foram iniciadas.

Quadro 2 – Informações de documento da Secretaria de Planejamento de Campinas-SP sobre Projeto de Inclusão Social na Região do Aeroporto Internacional de Viracopos (Vip-Viracopos) – 2007

Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários Governo Municipal Programa de Aceleração do Crescimento (inclui Parque Oziel e Gleba B) Governo Federal	Órgão responsável pelo financiamento e valor a ser destinado para cada obra.
Etapa 0 Sistema de abastecimento e construção de unidades habitacionais no Jardim Marisa para reassentamento de famílias moradoras de áreas impróprias. Entorno do Viracopos	Governo Federal: R\$ 9 milhões Contrapartida do Município (PMC e SANASA): R\$11 milhões
Etapa 1 Esgotamento Sanitário Pavimentação e Drenagem itinerário de ônibus Construção de Unidades Habitacionais Parque Oziel, Monte Cristo e Vila Taubaté	SANASA: R\$ 11.330.265,28 PMC/SMI: R\$ 6.649.109,15 PMC/SEHAB: R\$3.140.000,00
Etapa 2 Esgotamento Sanitário Entorno de Viracopos Pavimentação e Drenagem itinerário de ônibus Produção de Unidades Habitacionais Vila Taubaté	SANASA: R\$ 23.407.750,77 PMC/SMI: R\$ 6.877.221,95 PMC/SEHAB: R\$2.669.000,00
Etapa 3 Estação Tratamento de Esgoto (ETE) Entorno de Viracopos	SANASA: R\$ 7.078.957,86
Etapa 4 Equipamentos Comunitários Centro de Saúde Jardim Fernanda Centro de Saúde Jardim Campo Belo Centro Cultural Esportivo Jd. Marisa Centro Comunitário e Profissionalizante Jd. São Domingos Estação de Transferência Jd. Campo Belo	PMC e EMDEC Total: R\$ 9.749.608,21
Etapa 5 Regularização Fundiária e trabalho social Parque Oziel e Monte Cristo	R\$ 1.266.286,78 (Serão pagos pelos moradores dentro do período de vinte anos ¹)
Etapa 6 Pavimentação e Drenagem do itinerário de ônibus Parque Oziel, Monte Cristo e Vila Taubaté	PMC/SMI: R\$ 1.756.000,00
Etapa 7 Pavimentação e Drenagem do itinerário de ônibus Entorno de Viracopos	PMC/SMI: R\$ 2.632.000,00

Fonte: PMC (2007a). Organização: Helena Rizzatti (2013)

Nesse momento, todas as obras estão paradas, a princípio, devido à suspeita de desvio de recursos por parte dos servidores públicos na época da im-

plantação do projeto e, hoje, devido à possível remoção, de parte considerável, das famílias residentes na região do Jardim Campo Belo, em decorrência da contínua expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos que é planejado para se tornar o maior aeroporto do hemisfério Sul, até o ano de 2048 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2007b).

Se assim ocorrer, boa parte da infraestrutura instalada através desse programa será inutilizada ou utilizada por corporações que se instalarem nessa parcela do território, a qual será, então, hostil ao cotidiano da população devido ao alto fluxo diário de aviões. Já foram realizadas nessa região, em 2013, duas ações de remoção das moradias nos bairros Cidade Singer e Jardim Colúmbia por parte da empresa Brasil Viracopos S.A. que demoliu, pelo menos, seis casas de cada bairro sem nenhuma autorização do poder público ou de qualquer instituição pública com tais fins.

Em contrapartida, destacamos a seguinte passagem do documento do governo federal:

Nos projetos integrados de urbanização de assentamentos precários, a regularização fundiária é ação indispensável e deve ser uma etapa a ser desenvolvida paralelamente à execução de obras habitacionais e infraestruturais, devendo, obrigatoriamente, estar previsto (...) (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2011, p. 9).

Não é o que está acontecendo no Jardim Campo Belo pois, além da estagnação das obras, a regularização foi interrompida e se mantém sem previsão de ser retomada. A regularização fundiária dos bairros da região do Parque Oziel, iniciada em 2008, utiliza verba municipal e pagamento por parte dos moradores pelos lotes em que residem. O valor pago pela população é de R\$ 0,25, por metro quadrado, dos lotes residenciais; e R\$0,40, por metro quadrado, dos lotes utilizados para fins comerciais, ambos por um período de vinte anos. O bairro do Jardim do Lago não está sendo regularizado por estar instalado em Área de Preservação Ambiental (APA), e as famílias serão reassentadas no conjunto habitacional do bairro Vila Taubaté.

As lideranças de ambas ocupações buscam, hoje, uma maneira de pressionar o poder público para que finalizem as obras iniciadas e deem início às que estão planejadas, além de lutar pelo fim das violentas remoções, para reassentamento, que vêm acontecendo nas duas regiões. O documento do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários indica que deve ser mantido:

[...] o atendimento às normas de preservação ambiental, eliminando ou mitigando os impactos ambientais negativos na área

de objeto de intervenção e seu respectivo entorno ou, no caso de realocação de famílias, na área anteriormente ocupada, evitando novas ocupações com a execução de obras de urbanização e recuperação ambiental; o reassentamento total de famílias deverá ocorrer somente nos casos em que o assentamento precário esteja em área imprópria para uso habitacional e para local o mais próximo possível da antiga área ocupada, tendo em vista as relações de vizinhança e emprego estabelecidas, como a infraestrutura e equipamentos públicos existentes (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2011, p. 4)

As ações de reassentamento realizadas em ambas regiões se devem a essa diretriz. No Jardim Campo Belo foi construído o conjunto habitacional de trezentas (300) unidades (Etapa 0 do Quadro 2) para transferir as famílias que viviam ao redor de córregos, em áreas constantemente inundadas. E, no Parque Oziel, foram construídas cento e quarenta (140) unidades habitacionais, especificamente no Vila Taubaté, para as famílias que também moravam ao redor do córrego e no bairro Jardim do Lago.

A instalação dessas infraestruturas e serviços urbanos formais levou tanto à valorização imobiliária das regiões, com destaque para o Jardim Campo Belo, quanto ao encarecimento do custo de vida e, por isso, hoje, muitas famílias que ocuparam e participaram das lutas pelas infraestruturas e serviços não residem mais nas áreas. Dificulta-se a permanência no lugar e, assim, é consideravelmente reduzida a participação da população para organizar lutas para aquisição de mais direitos, pois as novas famílias que chegam dificilmente têm qualquer envolvimento com o processo de constituição da região. Sem conhecer as lideranças e sem saber que diversas lutas foram necessárias para adquirir o que está implantado, os novos moradores não se envolvem na política local.

Notamos, então, que essas ações formais de intervenção, que tratam exatamente de suprir áreas da cidade de infraestruturas e serviços, são realizadas sem a devida compreensão das regiões nas quais interferem, dos conflitos internos a essas regiões, do seu cotidiano, dos problemas dentro da própria prefeitura que estagnaram o processo; entre outros problemas, como a ordem de instalação dessas infraestruturas, e a qualidade do material utilizado, que acabam sendo entregues já precarizadas. Tal descaso pode ser relativo à necessidade de acelerar o processo de implantação do projeto ou a diversos outros motivos, mas tornam questionáveis a intenção de tais ações: seriam mesmo em prol dos atuais moradores do lugar, ou estão voltadas a atrair a instalação de corporações no território onde aconteceram? Como esclarece Monteiro,

A dotação de serviços de infraestrutura e equipamentos sociais [...] na maioria das vezes não passa por um processo de planejamento [...]. Este planejamento de respostas imediatas a quem ‘grita mais alto’, ao invés de minimizar os problemas urbanos, a longo prazo o compromete irremediavelmente pela ausência de uma orientação que trate o urbano como uma ‘colcha de retalhos’ (MONTEIRO, 2007, p.51).

Apesar do Projeto Vip-Viracopos ter elaborado um plano de ação, ele foi realizado sem a devida consulta direta às lideranças e à população residente nas áreas atendidas para definir o que, como, de que maneira e onde seriam implantados as novas infraestruturas e serviços urbanos. Além disso, não foram levados em consideração os conflitos existentes entre as diferentes lideranças dos bairros, que acabam interferindo no cotidiano da população, nas rotas de uso de fixos públicos, entre outras situações. Como nos lembra a autora supracitada:

[...] para haver intervenções no meio urbano voltadas para as reais necessidades da população, esta inevitavelmente deverá tomar parte do processo de planejamento. **Cada intervenção urbana cristaliza uma alteração, representa uma evolução (ou não) nestas condições físicas e nas relações sociais que aí ocorrem.** (Ibid, p. 52, *grifos da autora*)

Com isso, consideramos que esse projeto pode servir mais para controlar a população local e promover o governo municipal do que para melhorar a situação de vida da população atingida. Como sintetiza Monteiro, ao analisar o planejamento de Estado brasileiro, “As cidades capitalistas refletem as regras do poder, lucros imediatos o que igualmente acontece com o planejamento a serviço deste sistema, que acaba sendo um planejamento do sistema dominante e reacionário” (Ibid., p.48).

As permanências nos lugares construídos pelos agentes hegemônicos parecem ser, via de regra, passageiras e acabam por construir boa parte das metrópoles corporativas e fragmentadas do país (SANTOS, 1990). E assim também é a história da construção da cidade de Campinas, balizada numa urbanização corporativa em andamento na maior parte do Brasil.

Conclusão

Neste artigo apresentamos como uma parcela da população de baixa renda, carente de moradia, encontrou meios para residir na metrópole corporativa de Campinas através da organização e construção das duas maiores ocupações

de terras urbanas da cidade. Para isso, descrevemos as resistências e resistências necessárias para a instalação e manutenção de elementos básicos à vida urbana, como as redes de água e de eletricidade informais, entre outros.

Por meio das lutas organizadas dessa população foi se dando a permanência no lugar que chegou a atingir, inclusive, em uma das ocupações analisadas, a urbanização formal e a regularização da área. Entretanto, as ações formais de urbanizar e regularizar essas parcelas do território campineiro, carentes de infraestruturas e serviços urbanos, são criticáveis, principalmente, devido à falta de planejamento das ações a médio e longo prazo, por parte dos poderes públicos envolvidos, e à ineficiência dos diagnósticos para compreender as carências da população ali residente.

Apesar disso, destacou-se que os moradores, privados de seus direitos enquanto cidadãos, possuem conhecimentos e saberes que permitem organizar, planejar e afrontar conscientemente a racionalidade do sistema capitalista, sem negá-lo completamente, mas se utilizando do próprio sistema para sobreviver e fortalecer as contra-racionalidades que parecem ser cada vez maiores e mais difíceis de silenciar nas grandes cidades e metrópoles brasileiras.

Enfatizamos, assim, que são nesses lugares dos países periféricos que as possibilidades de conflito entre os agentes hegemônicos, impulsionadores da globalização, e os agentes hegemonzados ganham densidade e se expressam, entre outras maneiras, através dos novos usos dados ao território ocupado por estes. As resistências se mostram, uma vez mais, obrigatórias para a vida nos espaços urbanos do Brasil contemporâneo.

Referências

CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos. **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente.** Campinas: Unicamp, 2002. 336 p.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1987. 195 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 2000. 94 p.

COSTA, André **Luta social e a produção da cidade.** 2013, n.fl. 115 Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2013.

FORMAGIO, Cesimar. **Experiências, mediações e posições políticas: a luta por moradia no Campo Belo-Campinas/SP.** 2012, n. fl.113 Dissertação (Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2012.

GHILARDI, Flavio **O lugar dos pobres na cidade de Campinas-SP**: questões a partir da urbanização da ocupação do Parque Oziel, Jardim Monte Cristo e Gleba B. 2012, n. fls. 134 Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados Sub-normais**. Primeiros Resultados. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011. p. 1-259

JACOBI, Pedro Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia. **Espaço & Debates**, NERU: Cortez, n. 7, p.53-69, out./dez. 1982.

LOJKINE, Jean **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995. 316 p.

MESTRE, Ana Paula **Os usos do território e as políticas urbanas**: o Jardim Campo Belo no processo de fragmentação da cidade de Campinas. 2009, n. fls. 135 Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Projetos Prioritários de Investimentos (PPI) – Intervenção nas Favelas (2007-2010). Manual de Instruções. Secretaria Nacional de Habitação. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, 2011. (p. 1-21.) Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Manuais/manual-de-intrucoes-pac.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2015.

MONTEIRO, Circe O Planejamento: algumas considerações. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**, [S.l.] vol. 1, n. 1(2), p.40-54, mai. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Projeto Social Vip-Viracopos**. Secretaria de Planejamento. Campinas. 2007a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Projeto de Expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos**. Secretaria de Planejamento, Campinas, 2007b.

RIZZATTI, Helena **O recente processo de urbanização da cidade de Campinas-SP**: as ocupações urbanas – um estudo dos usos do território da região Sul. 2014, 258 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

RODRIGUES, Arlete Moyses **Moradia nas cidades brasileiras**. Editora Contexto: São Paulo, 1988. 301 p.

SANTOS, Antonio da Costa **Campinas, das Origens ao Futuro**: Compra e Venda de Terra e Água e um Tombamento na Primeira Sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiáí (1732-1992). Campinas-SP: Unicamp, 2002. 402 p.

SANTOS, Milton **Metrópole corporativa e fragmentada**: o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990. 115 p.

SANTOS, Milton **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. . 306 p.

RIZZATTI, Helena. As Maiores Ocupações Urbanas da Cidade de Campinas-SP: Resistências...

SANTOS, Milton **A urbanização brasileira**. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2008. P. 172

SANTOS, Milton **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011. 143 p.

SOUZA, Maria Adelia de (Org). **A Metrópole e o Futuro: Refletindo sobre Campinas**. Campinas-SP: Territorial, 2008. 552p.

Submissão em: 10/02/2015

Aceite em: 30/06/2015

Helena Rizzatti é Mestra em Geografia pela Unicamp, desde 2014; graduada em Geografia na mesma universidade, em 2011; assistente de coordenação do Observatório Permanente dos Conflitos Urbanos de Campinas/SP, no Geoplan/IG/Unicamp; e professora de Geografia do Ensino Médio.

Endereço para correspondência: Instituto de Geociências da UNICAMP - R. João Pandiá Calógeras, 51. Cidade Universitária. CEP: 13083-870. Campinas/SP, Brasil.

E-mail: helenarizzattifonseca@gmail.com